SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA

RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA Nº 001/2026/SEMIPI/PR

1. INTRODUÇÃO

Como parte do processo de construção do III Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (III PEDPI) e do fortalecimento do controle social, a Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI/PR) realizou, em agosto de 2026, a Consulta Pública nº 001/2026, instituída por meio da Resolução nº 173/2026/SEMIPI.

A Consulta Pública teve como principal objetivo identificar desafios, prioridades e propostas para subsidiar a construção coletiva das políticas públicas voltadas à população idosa no Estado do Paraná e contribuir para a definição das metas do III PEDPI.

Para tanto, foram contemplados oito eixos temáticos relacionados à efetivação das políticas públicas e à garantia de direitos:

1. Saúde;
2. Assistência Social e Previdência;
3. Moradia e Transporte;
4. Cultura, Esporte e Lazer;
5. Educação;
6. Enfrentamento às Violações dos Direitos Humanos;
7. Conselhos de Direitos e Controle Social;
8. Cuidado.

A consulta permaneceu disponível entre dezoito de agosto e dezoito de setembro de dois mil e vinte e seis, por meio de formulário eletrônico, com participação voluntária e tempo estimado de preenchimento de dez minutos.

As contribuições coletadas subsidiaram a elaboração do III Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, tanto no processo de pactuação de metas com as secretarias e os órgãos estaduais envolvidos quanto na composição do relatório

anexo ao Plano, incorporando ao planejamento estadual as demandas e percepções apresentadas pelos participantes.

Com o objetivo de ampliar o alcance da consulta, a SEMIPI/PR realizou ações de mobilização e divulgação junto aos municípios, às gestões municipais, Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa, Instituições de Longa Permanência e aos pontos focais dos programas vinculados ao Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa. Ainda, foram realizadas orientações e publicada a Nota Técnica nº 003/2026/SEMIPI/PR, referendada pela Deliberação nº 038/2026/CEDIPI/PR, que subsidiou o preenchimento da Consulta Pública e contemplou orientações relacionadas à elaboração dos planos municipais.

Nesse processo, a ampliação da participação social nos territórios constituiu elemento importante para incorporar diferentes realidades e demandas locais à construção do planejamento estadual.

Por fim, a iniciativa reforça, ainda, a perspectiva de gestão compartilhada das políticas de garantia de direitos, articulando participação social, controle social e planejamento das ações públicas voltadas à população idosa no Paraná.

2. FORMULÁRIO E EIXOS TEMÁTICOS

O formulário eletrônico da Consulta Pública foi estruturado de modo a permitir que os participantes selecionassem, voluntariamente, um ou mais eixos temáticos. Cada eixo foi precedido de uma breve contextualização e composto por questões objetivas e por um campo discursivo destinado ao registro de observações, contribuições e propostas para o aprimoramento das políticas públicas.

Após o preenchimento dos eixos selecionados, o respondente seguia para a etapa de caracterização do perfil. A mesma contemplou informações sociais, demográficas e territoriais, além de aspectos relacionados à experiência e à participação dos respondentes nas temáticas do envelhecimento e do cuidado. Foram levantadas informações sobre faixa etária, identidade de gênero, raça/cor, município de residência, localização em área urbana ou rural, pertencimento a grupos específicos, experiência em atividades de cuidado e contato com políticas, serviços, programas ou ações voltadas à população idosa.

As informações coletadas tiveram finalidade exclusivamente estatística, de pesquisa e de planejamento das políticas públicas, permitindo analisar as

contribuições a partir das diferentes características dos participantes. O tratamento dos dados observou as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), com apresentação dos resultados de forma consolidada e sem identificação individual dos respondentes.

Os oito eixos temáticos foram organizados de modo a contemplar diferentes dimensões relacionadas à garantia de direitos da população idosa no Paraná. Nos eixos Saúde e Assistência Social e Previdência, foram abordadas as condições de acesso às políticas de proteção social, considerando aspectos relacionados à promoção da autonomia, ao envelhecimento saudável, à segurança de renda e ao atendimento de situações de vulnerabilidade. Também foram abrangidos, os serviços da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial e o acesso aos benefícios previdenciários, permitindo identificar desafios e prioridades para o aprimoramento da atuação estadual nessas áreas.

Nos eixos Moradia e Transporte, Cultura, Esporte e Lazer e Educação, buscou-se compreender aspectos relacionados à autonomia, mobilidade, participação social e inclusão da população idosa. Foram analisadas questões relativas à habitação, acessibilidade e deslocamento, à oferta e ao acesso a atividades culturais, esportivas e de lazer, bem como às oportunidades de educação formal, não formal e de aprendizagem ao longo da vida.

Os eixos supracitados, possibilitaram identificar a presença de serviços e iniciativas nos territórios, assim como barreiras de acesso e demandas apresentadas pelos participantes.

Os eixos Enfrentamento às Violações dos Direitos Humanos, Conselhos de Direitos e Controle Social e Cuidado, por sua vez, abordaram a proteção diante de situações de violência e violações de direitos, a participação social nos processos de formulação e acompanhamento das políticas públicas e as condições relacionadas à oferta e ao suporte ao cuidado. Nesse conjunto, foram contempladas a atuação das redes de proteção, dos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa e de outros mecanismos de participação social, além das responsabilidades atribuídas ao poder público, à família e à sociedade no âmbito da garantia de direitos.

De forma integrada, por meio dos oito eixos temáticos e a caracterização de perfil dos participantes, foi possível reunir percepções, demandas e contribuições provenientes de diferentes territórios e segmentos, constituindo subsídios para a

definição de prioridades e para a elaboração do III Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.

3. RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

A Consulta Pública nº 001/2026/SEMIPI/PR registrou 820 respostas distribuídas entre os oito eixos temáticos e 804 respostas referentes à caracterização do perfil dos participantes.

Considerando que o formulário possibilitou a participação em um ou mais eixos temáticos, de acordo com a escolha de cada respondente, e que determinadas questões admitiam preenchimento facultativo, os quantitativos de respostas podem variar entre os eixos e as questões analisadas. Dessa forma, os resultados apresentados ao longo deste capítulo devem ser compreendidos a partir do número de respostas válidas registrado em cada item.

Na sequência, são apresentados os resultados correspondentes a cada eixo temático, contemplando os principais dados quantitativos e as contribuições registradas pelos participantes. Posteriormente, são analisadas as informações referentes à caracterização do perfil dos respondentes, permitindo compreender a composição social, demográfica e territorial da participação na Consulta Pública.

3.1 Principais resultados por eixo prioritário

Do total de **820 respostas registradas**, o eixo Saúde concentrou o maior percentual de participação, com 43,3% (348 respostas). Na sequência, destacaram-se os eixos Cuidado, com 17% (137 respostas), e Assistência Social e Previdência, com 16,9% (136 respostas). Os demais registros corresponderam aos eixos Enfrentamento às Violações dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, com 7,8% (63 respostas); Cultura, Esporte e Lazer, com 5% (40 respostas); Moradia e Transporte, com 4,9% (39 respostas); Conselhos de Direitos e Controle Social, com 3% (24 respostas); e Educação, com 2,1% (17 respostas).

A seguir, são apresentados os resultados correspondentes a cada eixo prioritário da Consulta Pública.

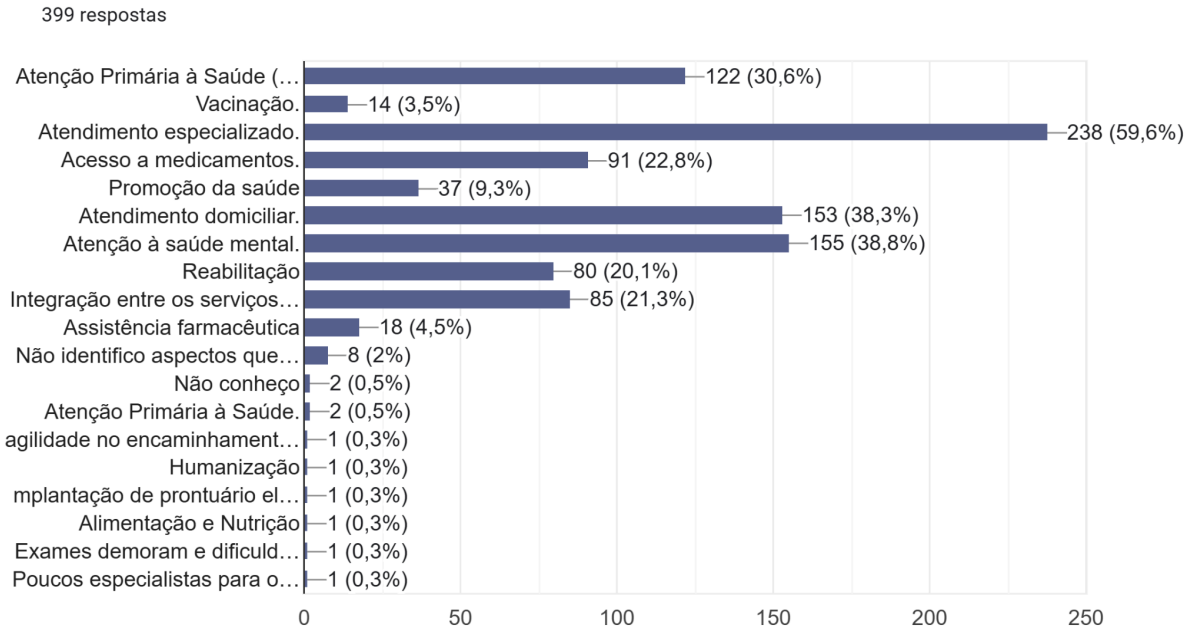
3.1.1 Eixo 1 - Saúde

O eixo Saúde possuiu 411 avaliações no total. No que se refere à questão da avaliação da garantia desse direito no Estado do Paraná, predominou a classificação “regular” entre as respostas registradas.

Posteriormente, os participantes responderam sobre as áreas da saúde da pessoa idosa em que percebem melhores resultados no Estado do Paraná. A vacinação foi a alternativa mais indicada, com 227 respostas (55,2%), seguida da Atenção Primária à Saúde, com 201 respostas (48,9%), e do acesso a medicamentos, com 142 respostas (34,5%).

Na sequência, os mesmos foram questionados sobre as principais necessidades de fortalecimento relacionadas ao acesso ao direito à saúde. O atendimento especializado foi a alternativa mais indicada, com 238 respostas (59,6%), seguido da atenção à saúde mental, com 155 respostas (38,8%), e do atendimento domiciliar, com 153 respostas (38,3%), conforme disposto no Gráfico 1:

Gráfico 1 - Em quais áreas relacionadas ao direito à saúde da pessoa idosa ainda existem maiores necessidades de fortalecimento?



Fonte: SEMIPI, 2026.

As estratégias de aprimoramento mais apontadas foram capacitação dos profissionais (243 respostas), ampliação da oferta de serviços (172 respostas), maior integração entre políticas/serviços (162 respostas), fortalecimento da atuação

dos profissionais (118 respostas) e cooperação entre estado e município (103 respostas).

Com relação à questão aberta ‘’Você gostaria de sugerir alguma ação, programa, serviço ou iniciativa relacionada ao direito à saúde da pessoa idosa que possa contribuir para o III Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa? ‘’ as contribuições concentraram-se no fortalecimento da participação social e dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa, com destaque para formação continuada, apoio técnico, ampliação da participação das pessoas idosas e maior divulgação das políticas e mecanismos de controle social.

Nesse sentido, os resultados evidenciam uma percepção positiva dos respondentes quanto à Atenção Primária à Saúde, ao mesmo tempo em que apontam a necessidade de ampliar o acesso da população idosa aos serviços de saúde mental e às ações de reabilitação. As respostas também indicam desafios relacionados à capacitação dos profissionais e ao fortalecimento da atuação dos municípios na oferta e organização desses serviços.

3.1.2 Eixo 2 - Assistência Social e Previdência

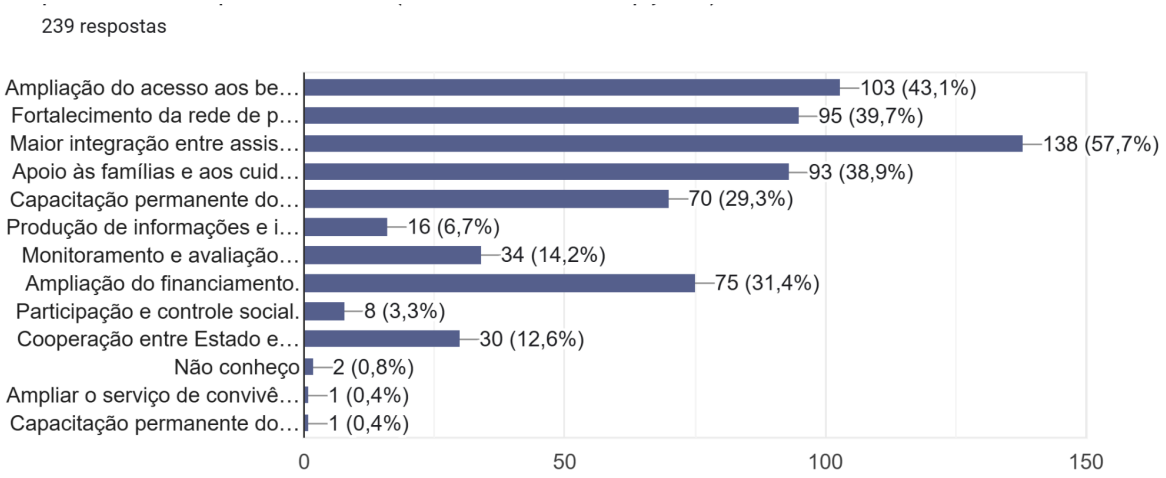
O eixo Assistência Social e Previdência contabilizou 239 respostas. Na avaliação da garantia desse direito no Estado do Paraná, prevaleceu a classificação regular, com 39,7%, seguida de boa, com 35,1%, enquanto 10% dos participantes avaliaram a situação como ruim.

Entre os aspectos com melhor desempenho percebido, sobressaiu o acesso aos serviços da Proteção Social Básica, especialmente Centro de Referência de Assistência Social e Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), indicado por 61,9% dos respondentes, evidenciando maior reconhecimento da oferta vinculada a esse nível de proteção social.

As principais necessidades identificadas concentraram-se na proteção às pessoas idosas, apontada por 42,9%, no apoio aos cuidadores familiares, com 36,6%, e no acesso aos benefícios previdenciários, com 36,1%. Esses resultados sinalizam demandas relacionadas tanto à proteção social quanto ao suporte às famílias e ao acesso à segurança de renda.

Para o fortalecimento desse direito, a maior integração entre assistência social, previdência e demais políticas públicas foi a estratégia mais indicada, alcançando 57,7% das respostas, conforme *Gráfico 2*:

Gráfico 2 - Na sua opinião, quais estratégias podem contribuir para fortalecer o direito à assistência social e à previdência da pessoa idosa?



Fonte: SEMIPI, 2026.

De modo geral, as sugestões de ação, programa, serviço ou iniciativa relacionadas ao direito à assistência social e previdência, apontam para a necessidade de fortalecimento da proteção social voltada à população idosa, com ampliação do financiamento e da oferta de serviços nos municípios, especialmente Centros-Dia, acolhimento institucional, atendimento domiciliar e serviços de convivência.

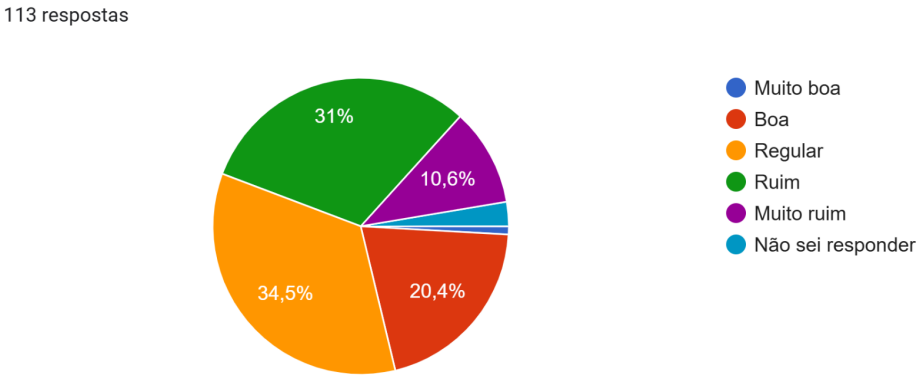
Também se destacam o apoio às famílias e aos cuidadores, a capacitação permanente dos profissionais, a ampliação do acesso aos benefícios socioassistenciais e previdenciários e o fortalecimento da articulação entre Estado, municípios e diferentes políticas públicas. Ainda, as contribuições ressaltam a necessidade de atenção às pessoas idosas que vivem sozinhas ou em situação de maior vulnerabilidade, de maior acesso à informação e de mecanismos que facilitem o atendimento e o acesso aos direitos.

Os resultados do eixo evidenciam a importância da articulação intersetorial para ampliar a capacidade de resposta às diferentes necessidades da população idosa, favorecendo a integração entre políticas, serviços e atores responsáveis pela garantia de direitos.

3.1.3 Eixo 3 - Moradia e Transporte

No eixo Moradia e Transporte, foram contabilizadas 113 respostas. De acordo com o *Gráfico 3*, a avaliação regular apresentou a maior frequência, com 34,5%, seguida da classificação ruim, com 31%, demonstrando proximidade entre as duas categorias de avaliação, sendo:

Gráfico 3 - Como você avalia, de forma geral, a garantia do direito à moradia, ao transporte e à acessibilidade da pessoa idosa no Estado do Paraná?



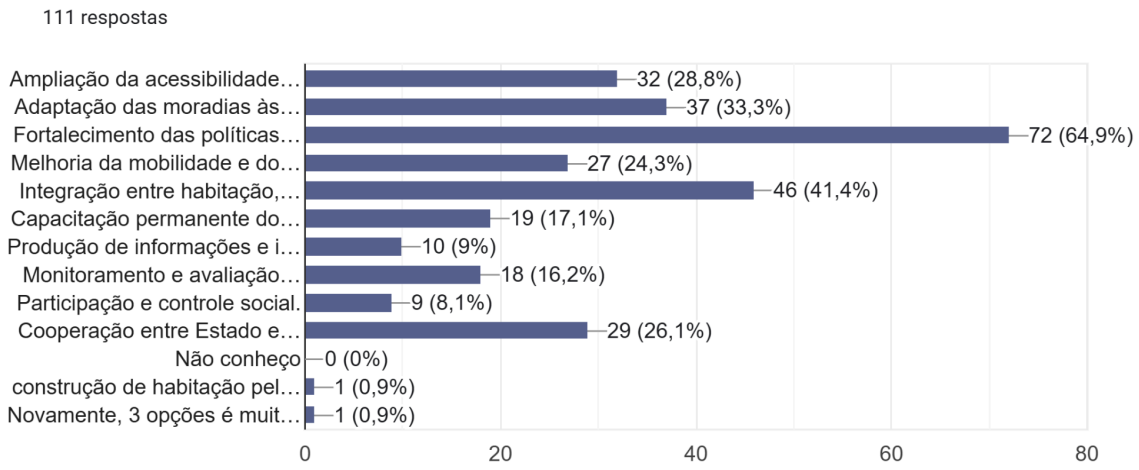
Fonte: SEMIPI, 2026.

Quanto aos aspectos percebidos de forma mais positiva, o transporte público acessível obteve o maior percentual de indicações, correspondendo a 31% das respostas.

Entre as demandas de fortalecimento, o acesso à moradia adequada apresentou percentual significativamente superior às demais alternativas, sendo indicado por 66,4% dos participantes. Em seguida, a adaptação das moradias às necessidades das pessoas idosas alcançou 34,5%, evidenciando a centralidade das questões habitacionais entre as necessidades apontadas nesse eixo.

Em consonância com esse resultado, o fortalecimento das políticas habitacionais foi a principal estratégia indicada pelos participantes, com 64,9% das respostas (*Gráfico 4*), reforçando a necessidade de direcionamento das ações públicas para a ampliação do acesso e adequação das condições de moradia da população idosa.

Gráfico 4 - Na sua opinião, quais estratégias podem contribuir para fortalecer o direito à moradia, ao transporte e à acessibilidade da pessoa idosa?



Fonte: SEMIPI, 2026.

Com relação às propostas qualitativas, boa parte dos respondentes enfatizaram sobre a criação e ampliação de moradias acessíveis para população idosa, participação nos espaços de decisão relacionados a habitação e transporte, demandas relacionadas à permanência da pessoa idosa no próprio domicílio.

Em segundo plano, observa-se concentração de propostas relacionadas à mobilidade e à acessibilidade urbana, especialmente quanto à melhoria das condições das calçadas e dos espaços públicos, adequação do transporte coletivo, ampliação da gratuidade, oferta de transporte adaptado e redução de barreiras que dificultam o deslocamento da população idosa. Ainda, as manifestações indicam, portanto, que a acessibilidade é compreendida de maneira ampliada, envolvendo tanto as condições físicas do ambiente urbano quanto a disponibilidade e adequação dos meios de transporte.

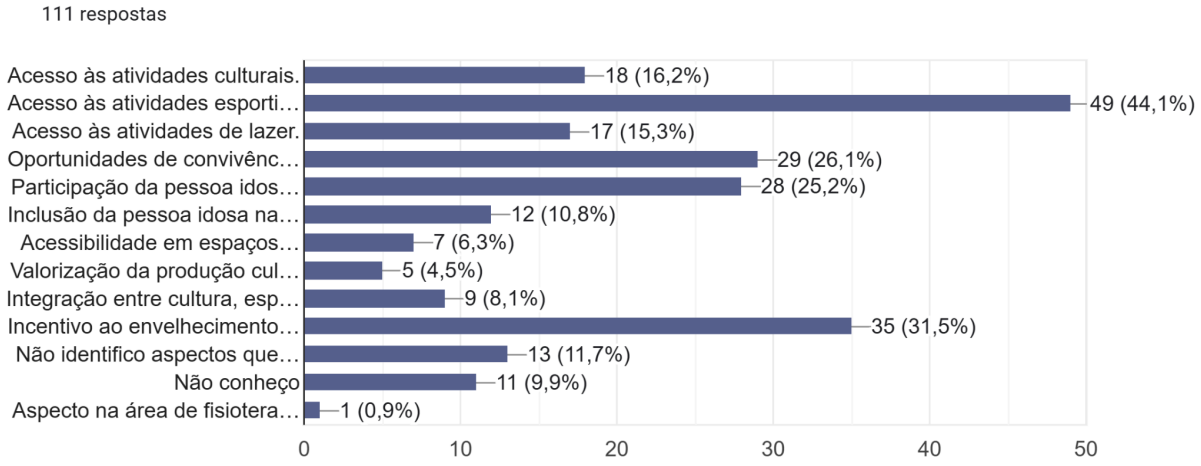
De forma geral, a análise conjunta das respostas qualitativas e quantitativas demonstra que as principais demandas não se concentram apenas na ampliação da oferta habitacional, mas também na adequação das moradias, na acessibilidade dos espaços urbanos, nas condições de mobilidade e na articulação entre as políticas de habitação, transporte, assistência social e saúde.

3.1.4 Eixo 4 - Cultura, Esporte e Lazer

O eixo Cultura, Esporte e Lazer reuniu 112 respostas, com distribuição próxima entre as avaliações regular, correspondente a 33,9%, e boa, com 33%, indicando equilíbrio na percepção dos participantes quanto à garantia desse direito no Estado.

No conjunto de aspectos avaliados positivamente, relacionados no *Gráfico 5*, o acesso às atividades esportivas apresentou a maior proporção de respostas, alcançando 44,1%.

Gráfico 5 - Na sua percepção, em quais áreas relacionadas ao direito à cultura, ao esporte e ao lazer da pessoa idosa o Estado do Paraná apresenta os melhores resultados?



Fonte: SEMIPI, 2026.

Em relação às necessidades de aprimoramento, destacou-se a integração entre cultura, esporte, lazer e outras políticas, indicada por 37,3% dos participantes, apontando para a importância de maior articulação entre as diferentes áreas envolvidas.

Como principal estratégia para o fortalecimento do eixo, a ampliação da oferta de atividades concentrou 53,7% das indicações, sinalizando a necessidade de expansão das oportunidades de participação da população idosa em ações culturais, esportivas e de lazer.

Em síntese, as propostas apontam para a ampliação, descentralização e continuidade das ações de cultura, esporte e lazer destinadas à população idosa, com destaque para a necessidade de maior financiamento aos municípios, criação e melhoria de espaços comunitários, oferta de atividades diversificadas e presença de profissionais capacitados.

Também aparecem demandas relacionadas à ampliação das competições esportivas, ao transporte para participação nas atividades, ao acesso de pessoas idosas de baixa renda e residentes em territórios mais afastados, bem como ao fortalecimento dos centros e serviços de convivência. As contribuições ainda

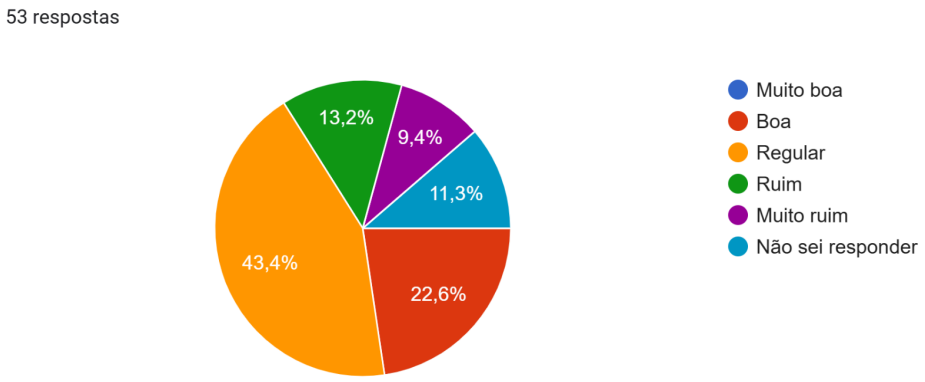
ressaltam, sobre a importância de ampliar o protagonismo das pessoas idosas, valorizando sua participação na organização das ações, seus conhecimentos, histórias e experiências.

Por fim, os resultados provenientes da análise qualiquantitativa do Eixo 4 evidenciam a percepção dos participantes sobre a garantia de direitos no âmbito das políticas de cultura, esporte e lazer no Estado. As contribuições também ressaltam a valorização da pessoa idosa como sujeito ativo nos processos de participação social e como fonte de conhecimentos, experiências e saberes a serem reconhecidos e incorporados às ações desenvolvidas.

3.1.5. Eixo 5 - Educação

O eixo Educação reuniu 53 respostas válidas, com relação à questão de avaliação da garantia desse direito, 43,4% classificaram a situação como regular, categoria que concentrou a maior proporção de respostas (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Em quais áreas relacionadas ao direito à educação da pessoa idosa o Estado do Paraná apresenta os melhores resultados?

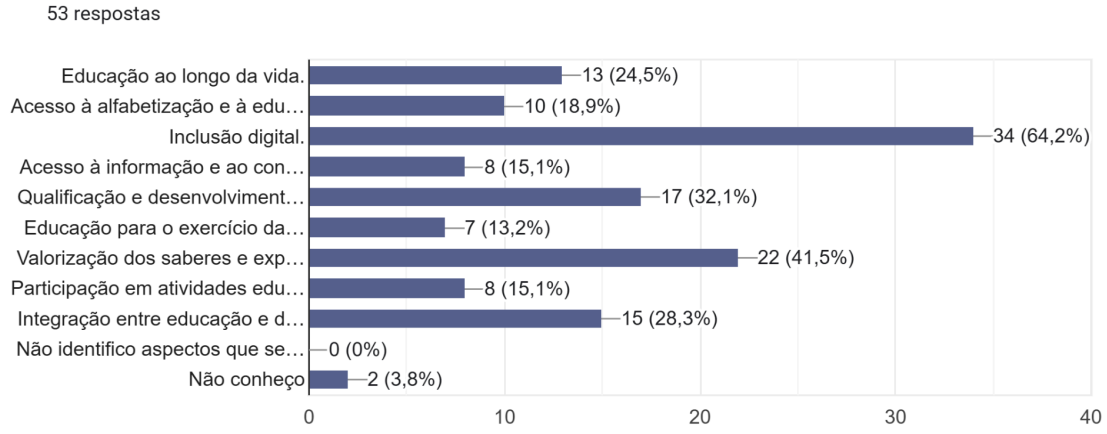


Fonte: SEMIPI, 2026.

No questão destinada à identificação dos melhores resultados, 28,3% dos respondentes válidos assinalaram a alternativa ‘’Acesso à alfabetização e educação ao longo da vida”, que apresentou a maior frequência entre as opções disponíveis.

Quanto às necessidades de fortalecimento,considerando o *Gráfico 7*, a inclusão digital foi indicada por 64% dos participantes que responderam à questão.

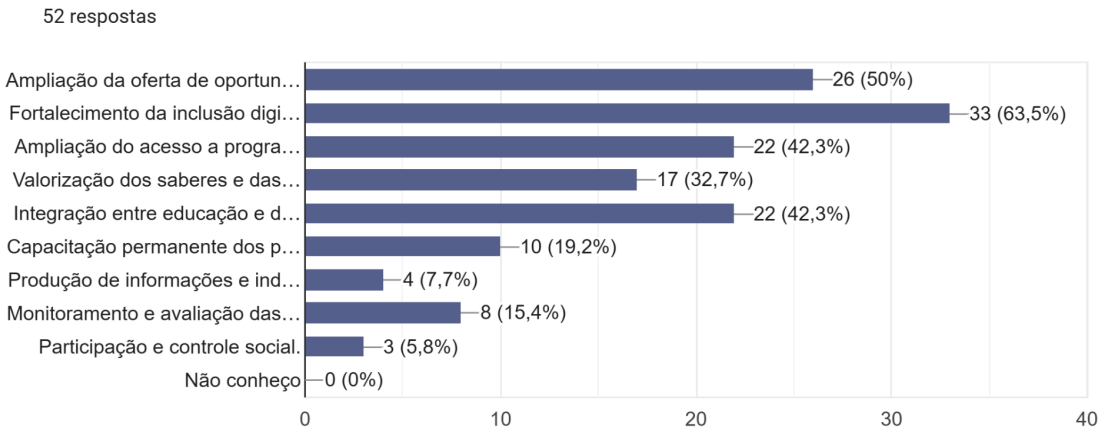
Gráfico 7 - Em quais áreas relacionadas ao direito à educação da pessoa idosa ainda existem maiores necessidades de fortalecimento?



Fonte: SEMIPI, 2026.

O mesmo tema também apresentou a maior frequência entre as estratégias propostas, com 63,5% das respostas válidas, evidenciando sua centralidade nas demandas relacionadas à educação e ao acesso da população idosa às tecnologias e aos ambientes digitais (*Gráfico 8*).

Gráfico 8 - Na sua opinião, quais estratégias podem contribuir para fortalecer o direito à educação da pessoa idosa?



Fonte: SEMIPI, 2026.

Com relação às respostas qualitativas, de forma geral, concentram-se na ampliação do acesso da população idosa às oportunidades educacionais ao longo da vida, com destaque para o fortalecimento das Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATIs), programas de extensão universitária, alfabetização, Ensino de Jovens e adultos (EJA) e acesso ao ensino superior.

Também aparecem com frequência demandas relacionadas à inclusão digital, permanência nos espaços educacionais, adequação de horários e metodologias, transporte e divulgação das iniciativas existentes.

Outro conjunto de contribuições enfatiza a valorização das experiências e conhecimentos acumulados pelas pessoas idosas, por meio de atividades comunitárias, culturais e intergeracionais, além da ampliação de centros de convivência e de estratégias de aproximação com esse público.

Portanto, o eixo Educação apontou como principal estratégia de fortalecimento a ampliação de espaços e oportunidades que favoreçam o desenvolvimento educacional da população idosa, por meio da inclusão social e digital, da adoção de metodologias de ensino adequadas às suas especificidades e da expansão de programas e ações já implementados.

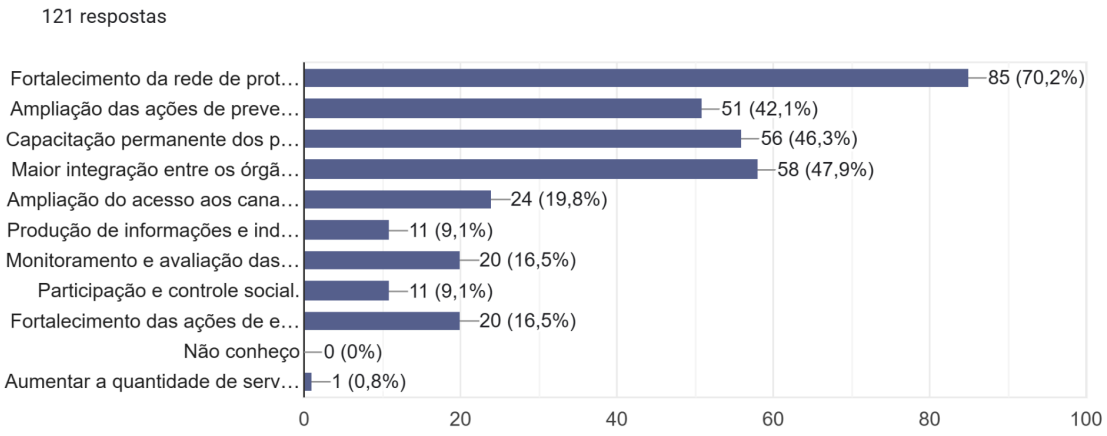
3.1.6. Eixo 6 - Enfrentamento da Violação dos Direitos Humanos

O eixo Enfrentamento às Violações dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa contabilizou 123 respostas. A avaliação regular foi predominante, correspondendo a 46,3%, seguida da classificação boa, com 30,1%, indicando maior concentração das respostas em uma percepção intermediária sobre a garantia desse direito no Estado.

No que se refere às necessidades de fortalecimento, a identificação precoce das violações foi apontada por 53,3% dos participantes, destacando a importância do reconhecimento oportuno das situações de violação para o encaminhamento e atendimento pela rede responsável.

No *Gráfico 9*, entre as estratégias apresentadas, o fortalecimento da rede de proteção concentrou 70,2% das indicações, percentual que evidencia a prioridade atribuída à articulação e à capacidade de resposta dos serviços e órgãos envolvidos na prevenção, identificação e enfrentamento das violações de direitos da população idosa.

Gráfico 9 - Na sua opinião, quais estratégias podem contribuir para fortalecer a promoção e a proteção dos direitos humanos da pessoa idosa?



Fonte: SEMIPI, 2026.

As contribuições qualitativas concentram-se no fortalecimento da rede de proteção à pessoa idosa, com ênfase na prevenção, identificação e atendimento das situações de violência e violação de direitos.

Ainda, entre as medidas sugeridas estão a criação de delegacias especializadas, a ampliação da estrutura para recebimento e apuração de denúncias, a definição de protocolos e fluxos de encaminhamento, a articulação entre segurança pública, saúde, assistência social, sistema de justiça e demais órgãos da rede, além da capacitação permanente dos profissionais envolvidos no atendimento.

Outra camada de propostas, refere-se à ampliação da oferta de serviços e suporte às pessoas idosas e suas famílias, incluindo Centros-Dia, Centros de Referência e Convivência, serviços de acolhimento institucional e emergencial e estratégias de apoio às famílias cuidadoras. Também foram apontadas ações para identificação precoce de situações de vulnerabilidade, acompanhamento dos casos e melhoria da capacidade de resposta dos serviços públicos diante das diferentes necessidades apresentadas pela população idosa.

As respostas também destacam a educação em direitos, a prevenção das violências e a ampliação do acesso à informação. Do mesmo modo, foram sugeridas campanhas de conscientização, divulgação dos canais de denúncia e da rede de apoio, ações educativas direcionadas a diferentes gerações e estratégias específicas de prevenção ao abuso financeiro, fraudes, negligência, abandono e idadismo.

Nesse conjunto, ressalta-se ainda a necessidade de ampliar o conhecimento da população sobre os direitos da pessoa idosa e os mecanismos disponíveis para sua proteção.

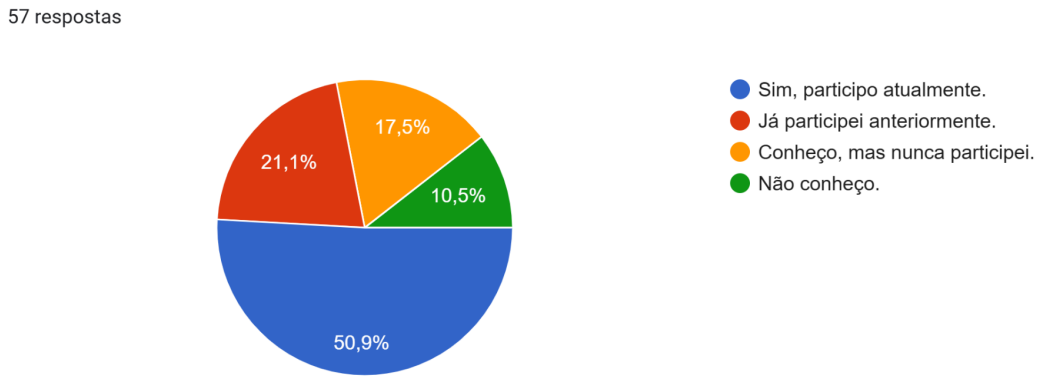
Ainda nessa perspectiva, aparecem propostas relacionadas à acessibilidade, participação social e monitoramento das políticas públicas, incluindo melhorias nos espaços urbanos, segurança nos deslocamentos, ampliação dos espaços de convivência e recreação, fortalecimento da participação da população idosa nos processos decisórios e acompanhamento sistemático das ações governamentais.

Em conjunto, as contribuições no eixo apontam para necessidade de abordagem integrada entre proteção, prevenção, atendimento, acessibilidade e controle social na garantia dos direitos humanos da população idosa.

3.1.7 Eixo 7 - Conselhos de Direitos e Controle Social

O eixo Conselhos de Direitos e Controle Social reuniu 57 respostas, sendo que 50,9% dos participantes informaram participar atualmente de algum espaço de participação social relacionado à política da pessoa idosa, demonstrando presença relevante de respondentes com experiência direta nesses espaços, conforme ilustrado no *Gráfico 10*.

Gráfico 10 - Você conhece ou já participou de algum espaço de participação social relacionado às políticas públicas para a pessoa idosa?

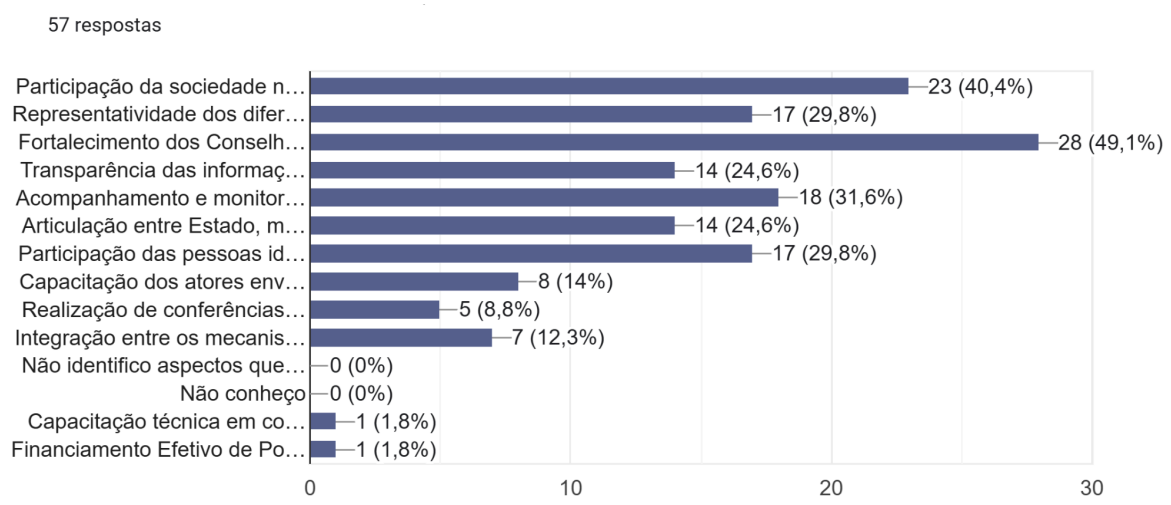


Fonte: SEMIPI, 2026.

Entre os resultados avaliados de forma mais positiva, o fortalecimento dos Conselhos de Direitos apresentou o maior percentual de indicações, com 44,6%.

Paralelamente, esse mesmo aspecto foi apontado por 49,1% dos participantes como a principal necessidade de fortalecimento, indicando que, embora sejam reconhecidos avanços na atuação dos Conselhos, permanecem demandas relacionadas à sua estruturação, funcionamento e capacidade de incidência no controle social (*Gráfico 11*).

Gráfico 11 - Em quais áreas relacionadas ao cuidado da pessoa idosa ainda existem maiores necessidades de fortalecimento?



Fonte: SEMIPI, 2026.

Quanto às estratégias consideradas prioritárias, o fortalecimento dos Conselhos e a ampliação da participação da sociedade nos processos de decisão foram indicados por 45,6% dos respondentes (26 respostas). Na sequência, a formação permanente de conselheiros alcançou 36,8% (21 respostas), reforçando a importância da qualificação continuada e da ampliação dos mecanismos de participação social para o aprimoramento do controle social na política da pessoa idosa.

Entre as propostas apresentadas na pergunta objetiva, sobressaem iniciativas voltadas à qualificação da atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa, sobretudo por meio de formação continuada dos conselheiros, apoio técnico aos municípios, disponibilização de materiais orientativos e maior conhecimento sobre as políticas públicas em execução.

Nessa perspectiva, somam-se a essas medidas a articulação com instituições de controle, escolas de governo e outros espaços formativos, de modo a ampliar a capacidade técnica dos representantes envolvidos no controle social.

Também se evidencia a necessidade de ampliar a participação direta das pessoas idosas nos espaços de decisão, favorecendo sua presença em reuniões, conferências, fóruns e demais instâncias participativas de controle social.

Para viabilizar essa participação, foram mencionadas medidas relacionadas ao apoio ao deslocamento, à ampliação da divulgação dos canais de participação e à criação de mecanismos que aproximem a população das discussões sobre as políticas públicas.

No campo da gestão estadual, as propostas avançam para aspectos relacionados à transparência e ao acompanhamento dos recursos públicos, especialmente daqueles vinculados aos Fundos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa. Nesse sentido, aparecem sugestões para adoção de indicadores, aprimoramento dos mecanismos de monitoramento e qualificação dos conselheiros para análise orçamentária, financeira e contábil, fortalecendo sua atuação no acompanhamento da execução dos recursos.

De forma complementar, as manifestações reforçam a necessidade de dar continuidade e estrutura aos mecanismos de participação social, mediante fóruns permanentes, financiamento das ações, apoio à presença da sociedade civil nos espaços deliberativos e valorização dos conhecimentos acumulados pelas próprias pessoas idosas.

Assim, considerando o exposto, com base nas respostas obtidas foi possível identificar a necessidade de aprimoramento das condições institucionais, técnicas e participativas necessárias ao exercício do controle social na política estadual da pessoa idosa.

3.1.8. Cuidado

No eixo Cuidado, foram registradas 202 respostas, com predominância da avaliação regular, correspondente a 41,1%, indicando concentração das percepções em uma faixa intermediária quanto à organização das políticas de cuidado no Estado do Paraná.

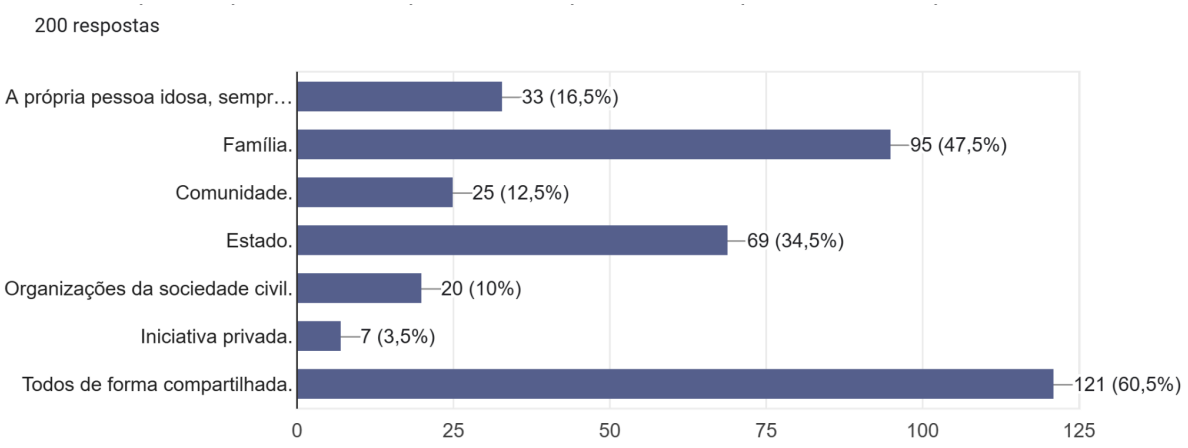
Entre os aspectos avaliados de forma mais favorável, destacou-se a identificação das necessidades de cuidado, reconhecida como o principal resultado percebido pelos participantes.

As maiores demandas apresentaram distribuição praticamente equivalente entre a oferta de serviços de cuidado, com 41,5%, e o apoio às famílias cuidadoras, com 41%, diferença de apenas 0,5 ponto percentual. Essa proximidade demonstra que as duas dimensões possuem peso semelhante na percepção dos respondentes. Em consonância com esse resultado, a ampliação da oferta de serviços de cuidado foi indicada por 50,5%, percentual superior ao registrado nas duas principais necessidades, consolidando-se como a estratégia com maior concentração de respostas para o fortalecimento do eixo.

Quanto à responsabilidade pelo cuidado, 60,5% indicaram que ela deve ser compartilhada por todos, proporção superior à atribuída especificamente à família, com 47,5%, e ao Estado, com 34,5%.

Conforme exposto no *Gráfico 12*, a distribuição evidencia maior adesão a uma concepção compartilhada do cuidado, ao mesmo tempo em que mantém presença expressiva da família e do poder público entre os atores reconhecidos como responsáveis por sua provisão.

Gráfico 12 - Na sua opinião, quem deve compartilhar a responsabilidade pelo cuidado da pessoa idosa?



Fonte: SEMIPI, 2026.

No campo do cuidado da pessoa idosa, as manifestações apontam, inicialmente, para a necessidade de ampliar a capacidade instalada dos serviços

destinados às situações de dependência e às famílias que assumem responsabilidades cotidianas de cuidado.

Nesse sentido, foram mencionados Centros-Dia, atendimento domiciliar, acolhimento temporário e institucional, casas de apoio e outros equipamentos que possibilitem acompanhamento continuado. Paralelamente, aparece a necessidade de assegurar financiamento para implantação e manutenção desses serviços, especialmente em municípios com menor cobertura da rede.

Outro aspecto recorrente diz respeito às condições vivenciadas pelos cuidadores familiares e informais. As respostas reivindicam apoio financeiro, orientação técnica, acompanhamento psicológico e oportunidades de capacitação, além de alternativas que permitam períodos de descanso e compartilhamento das responsabilidades de cuidado. Inserem-se nesse grupo a ampliação do Programa Bolsa Cuidador, a revisão dos valores repassados, a formação de cuidadores e a oferta de cursos específicos para atuação na área.

Na sequência, ganha destaque a articulação territorial entre diferentes políticas públicas, especialmente saúde e assistência social, associada a ações de cultura, esporte, educação e convivência. Outrossim, as sugestões abrangem acompanhamento periódico no domicílio, identificação das condições de vida e de dependência, definição de referências municipais para apoio às famílias e organização de respostas específicas para pessoas com comprometimento funcional, demências ou necessidades intensivas de cuidado.

Concomitantemente, as contribuições incorporam ações preventivas e de promoção da autonomia, indicando que o cuidado não deve se limitar às situações já instaladas de dependência.

Por sua vez, as questões relacionadas à gestão e sustentabilidade da política de cuidado aparecem vinculadas à garantia de recursos humanos, orçamento continuado, qualificação das equipes, fortalecimento dos planos municipais e participação das próprias pessoas idosas nos processos de formulação e avaliação das ações.

Por fim, o conjunto de respostas alternativas e manifestações no eixo, convergem para uma organização do cuidado sustentada por oferta pública de serviços, suporte às famílias, articulação intersetorial e previsão permanente de recursos para sua execução.

3.2 Caracterização do perfil dos participantes

Na etapa de caracterização do perfil dos participantes, foram registradas **644 respostas válidas**, correspondentes aos participantes que optaram pelo preenchimento deste bloco do formulário.

A análise do perfil dos participantes evidencia que a Consulta Pública alcançou diferentes segmentos vinculados à política de garantia dos direitos da pessoa idosa, embora apresente concentração em determinados grupos.

Entre as respostas válidas, observa-se predominância feminina, correspondente a 82,0% dos participantes, bem como maior participação das faixas etárias a partir dos 45 anos, que representam 67,7% do total, sendo 36,3% constituídos por pessoas com 60 anos ou mais.

A participação territorial também se mostrou predominantemente urbana, com 94,1% das respostas válidas, enquanto 5,9% foram provenientes de residentes em áreas rurais.

Quanto à condição de participação, destacaram-se as pessoas idosas, com 26,3% das respostas, seguidas pelos profissionais da assistência social, com 21,3%, familiares de pessoas idosas, com 11,6%, gestores ou servidores públicos, com 10,8%, e conselheiros dos direitos da pessoa idosa, com 7,8%.

A composição demonstra a presença concomitante da população diretamente destinatária das políticas, de familiares e de atores envolvidos em sua formulação, execução e controle social.

Também se observa elevado grau de contato prévio com a política pública, uma vez que 59,8% declararam já ter utilizado ou participado de algum serviço, programa ou ação voltada à população idosa e 27,9% afirmaram conhecer essas iniciativas, ainda que sem utilização ou participação direta.

Os dados relacionados ao cuidado reforçam sua relevância no cotidiano dos participantes. Entre as respostas válidas, 36,5% declararam prestar cuidados regularmente a outra pessoa e 14,3% informaram já ter exercido essa função anteriormente, totalizando 50,9% com experiência atual ou anterior na prestação de cuidados. Além disso, entre os participantes que identificaram o destinatário do cuidado, aproximadamente 89,8% mencionaram pessoas idosas.

Os resultados indicam, portanto, que as contribuições obtidas na consulta foram produzidas por um público com expressiva proximidade com as políticas do envelhecimento e com situações concretas de cuidado, seja como pessoa idosa,

familiar, cuidador, profissional, gestor ou representante de instâncias de participação social. Ao mesmo tempo, a predominância de participantes urbanos, mulheres e pessoas previamente vinculadas às políticas públicas deve ser considerada na interpretação dos resultados.

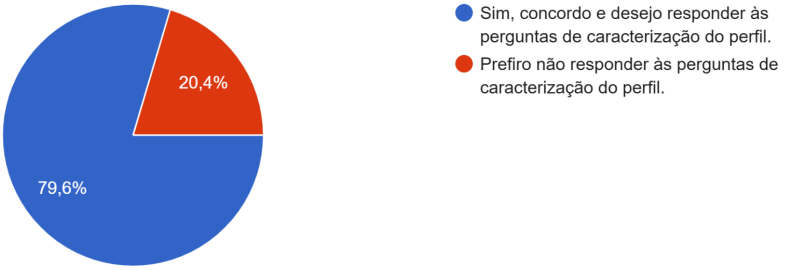
Em síntese, a caracterização do perfil contribui para contextualizar as manifestações apresentadas na Consulta Pública nº 001/2026/SEMIPI/PR e qualificar a leitura dos resultados, ao evidenciar os segmentos que participaram do processo.

As informações obtidas permitem compreender a composição social e institucional dos respondentes e oferecem elementos importantes para a análise das contribuições incorporadas à construção do III Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa. Por fim, a disposição completa dos gráficos referentes à caracterização do perfil dos participantes consta no **Anexo 1** deste Relatório.

ANEXO 1
GRÁFICOS CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL
CONSULTA PÚBLICA Nº 001/2026/SEMIPI/PR

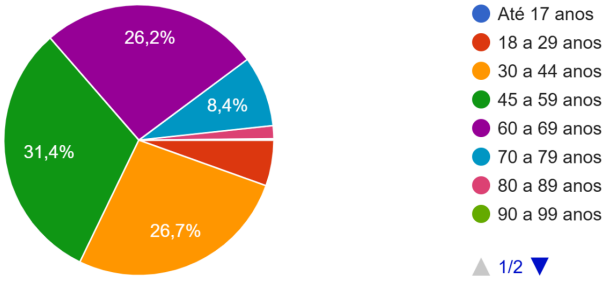
Você concorda em responder às perguntas de caracterização do perfil para as finalidades descritas acima?

804 respostas



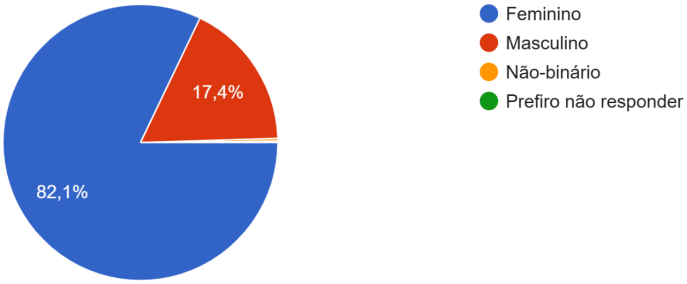
Qual é a sua faixa etária?

640 respostas



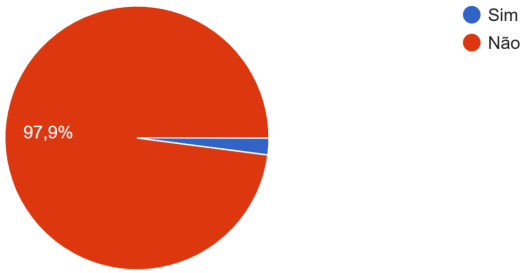
Com qual identidade de gênero você se identifica?

638 respostas



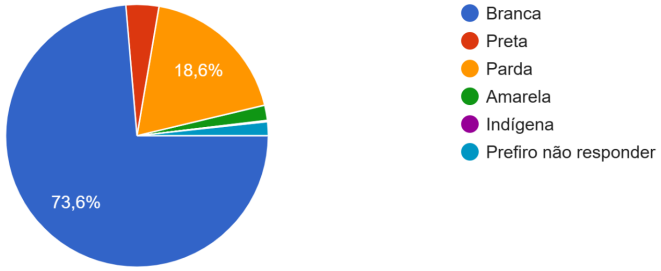
Você é uma pessoa transgênero?

629 respostas



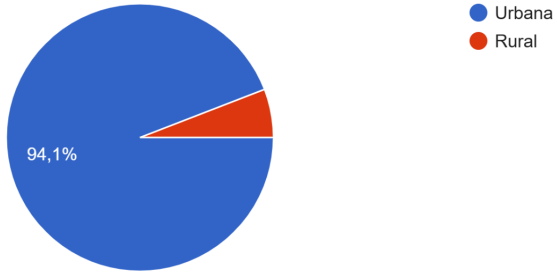
Como você se autodeclara quanto à raça/cor?

641 respostas



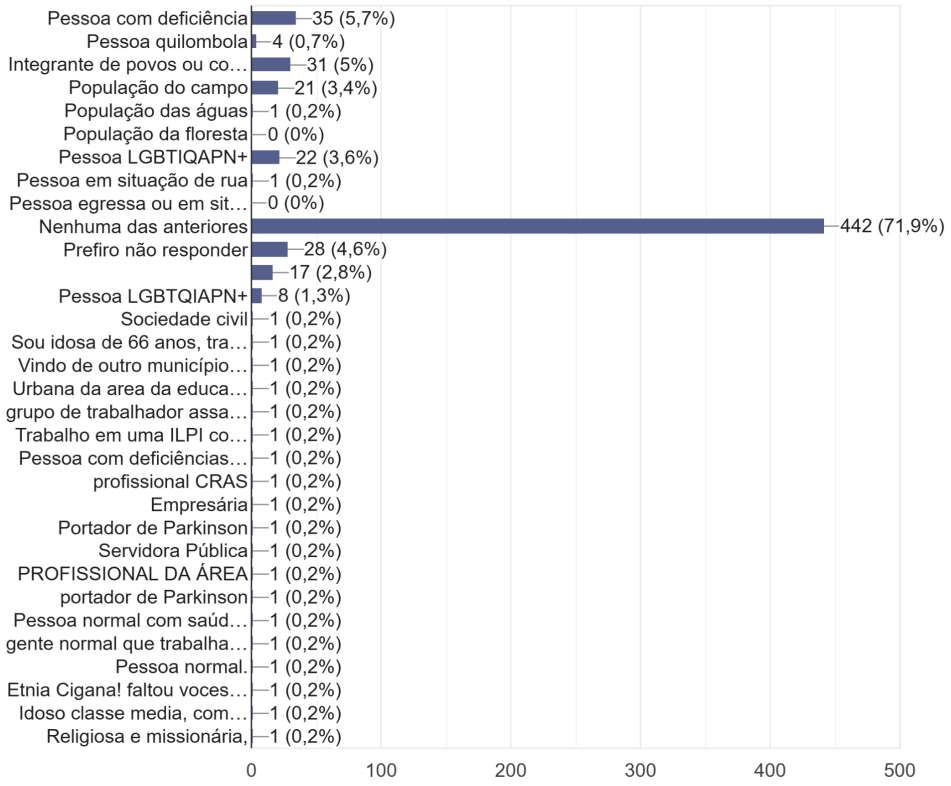
A área onde você reside é predominantemente:

631 respostas



Você se identifica com algum dos grupos abaixo?

615 respostas



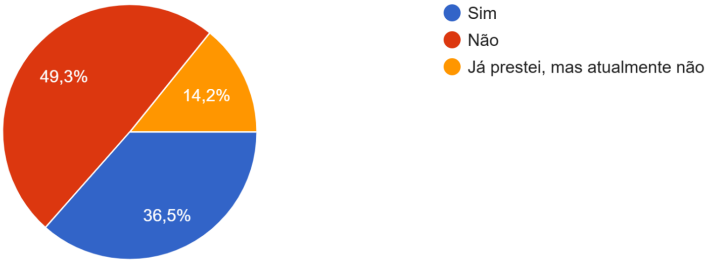
Você está respondendo esta consulta principalmente na condição de:

639 respostas



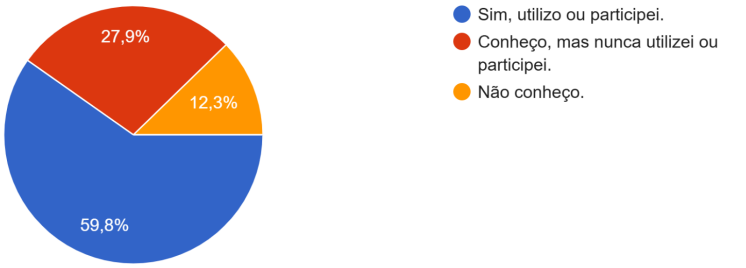
Atualmente você presta cuidados de forma regular a outra pessoa?

635 respostas



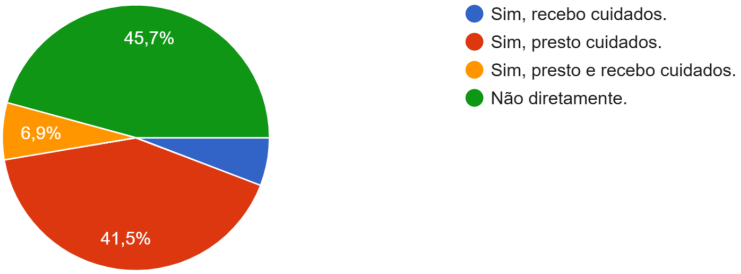
Você já utilizou ou teve contato com alguma política pública, serviço, programa ou ação voltada à pessoa idosa?

634 respostas



O tema do cuidado faz parte da sua realidade?

634 respostas



Quem recebe esse cuidado?

323 respostas

